

**54º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural
realizada em 15 de abril de 2020 por
Videoconferência – 1º reunião virtual**

1ª CHAMADA	14h	
2ª CHAMADA	14h10min	
FINAL	17h08min	
Conselheiro(a)s Sociedade Civil	Titulares	Augusto Ferrer (Arquitetura e Urbanismo), Adélia Colier (Design e Moda) Andala Pereira (Zona da Mata), Altair Leal (Cultura Popular de Matriz Ibérica), Claudio Gomes (Artes Visuais e Fotografia), Fábio Rogério (Literatura), Guilherme Moura (Música), Jocimar Gonçalves (Movimentos Sociais), Maria do Livramento (Artesanato), Modesto Lopes (Sertão), Masayoshi Matsumoto (Gastronomia), Paula de Renor (Teatro) Teresa França (Cultura Popular de Matriz Africana), Virginia Leal (Produtores Culturais), Williams Santana (Circo).
	Suplentes	Feliciano Félix (Teatro) e Lucivan Max (Agreste)
Conselheiro(a)s Poder Público	Titulares	Amália Câmara (UPE), Matheus Lins (Secretaria do Meio Ambiente) e Gilberto Freyre (Secult)
	Suplentes	Felipe Peres (Empresa Pernambucana de Comunicação), Severino Pessoa (Fundarpe) e Silvana Meireles (Secult)
Ouvintes / Convidados	Ana Reis, George Lins e Paulo de Tarso (Equipe de Apoio do Conselho), Luciana Dantas e Mariana Lins (Comissões Setoriais)	
Composição de mesa	1º Reunião em formato virtual não houve composição de mesa	
Abertura da reunião	Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC/PE iniciou com as orientações para iniciar a reunião.	
Pauta	Votações	Encaminhamentos
Pauta única: Enfrentamento ao coronavírus e apoio aos fazedores de cultura de Pernambuco.		<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de grupo de trabalho denominado GT ações emergenciais para construir com Secult/Fundarpe quais as medidas que serão tomadas em curto prazo. (Somente 5 Conselheiros) 2. Criação de grupo de trabalho denominado GT ações futuras, no intuito de planejar com Secult/Fundarpe ações e ajustes de médio e longo prazo. (Somente 5 Conselheiros) 3. Disponibilizar o relatório de desembolso dos projetos aprovados pelos editais do Funcultura 4. Criar uma Campanha para arrecadações para os trabalhadores da cultura 5. Verificar a possibilidade de ampliar os números de contemplados no Edital de Fotografia 6. Melhorar a comunicação com os fazedores de cultura 7. Disponibilizar os novos cronogramas de editais 8. Estudar como será prorrogado os mandatos dos conselheiros do CEPC/PE

		9. Cancelamento dos ciclos (juninos e natalinos) e eventos (Festival de Inverno de Garanhuns e outros Festivais previstos para 2020 com redirecionamento das verbas para as ações emergenciais da cultura. Essas serão propostas pelos grupos de trabalhos instituídos nessa reunião.
--	--	---

Pauta única: Enfrentamento ao coronavírus e apoio aos fazedores de cultura de Pernambuco

	<p>Severino Pessoa leu o comunicado elaborado pela Secult/PE e Fundarpe para Conselho Estadual de Política Cultural:</p> <p>Tendo em vista a pauta da reunião do Conselho Estadual de Política Cultural/CEPC-PE programada para este dia 15/04/2020, cujo tema principal é o “Enfrentamento ao Coronavírus e Apoio aos Fazedores de Cultura de Pernambuco”, vêm a Secretaria de Cultura/SECULT e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco/FUNDARPE emitir este comunicado conjunto sobre o entendimento da administração da Cultura Estadual, no atual contexto da pandemia que estamos enfrentando.</p> <p>Inicialmente, é necessário o esclarecimento de alguns pontos:</p> <p>A pandemia de Covid-19 é um fenômeno que está debilitando os sistemas de saúde pública e as economias do mundo inteiro, principalmente das grandes potências mundiais, a exemplo de Estados Unidos, China, Espanha, Itália, Alemanha, França, entre outros.</p> <p>O Brasil também vivencia as mesmas dificuldades nos setores da saúde pública e da economia, resultando em queda da receita tributária no País como um todo, ou seja, na União Federal, nos estados e nos municípios.</p> <p>O Governo de Pernambuco colocou o combate ao novo coronavírus como uma prioridade, porém, vivencia uma queda acentuada nas suas receitas tributárias, como tem sido noticiado pela imprensa. Neste momento de pico da pandemia, no Brasil e no Estado, os recursos orçamentários e financeiros são emergencialmente e prioritariamente direcionados para o atendimento das necessidades da Rede Estadual de Saúde.</p> <p>Importante mencionar que, de acordo com a Legislação Constitucional Brasileira, apenas o Governo Federal tem a competência legal para a emissão de moedas e para a captação de recursos financeiros através de bancos e instituições financeiras de fomento nacionais e internacionais, mediante emissão de título da dívida pública. Os demais Entes Federados não podem, portanto, lançar mão desses mecanismos de captação de recursos, ficando a depender da arrecadação tributária de suas competências e do Fundo de Participação dos Estados. E, no caso de Pernambuco, a receita orçamentária está em queda, como já afirmado.</p> <p>Precisamos ainda considerar a Lei 16.820/2020, que instituiu o Fundo Estadual de Enfrentamento ao Coronavírus/FEEC e os termos dos Decretos Estaduais Nos. 48.809, 48.832, 48.834, 48.835, 48.857 e 48.881, deste ano, que regulamentam medidas temporárias de emergência de saúde pública, para enfrentamento da Pandemia, bem como a Resolução No. 002/2020, da Câmara de Programação Financeira da Secretaria da Fazenda do Estado, que definiu regras de contingenciamento de gastos, com o objetivo de reduzir o impacto nas finanças do Estado.</p> <p>Priorizada a Saúde, o Governo também se esforça para honrar com os compromissos já pactuados em seus demais setores, como é o caso da Segurança Pública, da Infraestrutura e também da Cultura.</p> <p>No caso da ação cultural, é preciso considerar que a pandemia se iniciou, efetivamente, após o Ciclo Carnavalesco, ou seja, na entressafra de outras grandes ações culturais do calendário Estadual. Ciclo Junino, Fenearte, Festival de Inverno de Garanhuns/FIG e Festival de Cinema de Triunfo estão programados para ocorrer no período de junho a agosto do corrente ano. Sobre o Ciclo das Paixões, que aconteceria em abril, já houve entendimento e o mesmo foi adiado para setembro, quando ocorrerá a Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, no Brejo da Madre de Deus.</p> <p>No momento em que todos nós fomos surpreendidos pela pandemia e seus efeitos nefastos, como a necessidade do isolamento social e consequente suspensão de diversas atividades econômicas, a gestão de Cultura de Pernambuco já havia se comprometido com a classe cultural com cinco editais do Funcultura, diversos prêmios para as artes, bem como com os ciclos festivos e os festivais. Estamos cientes de ações que estão sendo tomadas neste momento por outros estados, como editais de baixo custo para apresentação de produtos</p>
--	---

em redes sociais. Entendemos, no entanto, que não cabe, no caso de Pernambuco, neste momento, publicar outros editais, além dos que já estão mantidos.

São quase R\$ 40 milhões em editais anunciados para contemplar a produção independente. Todas as informações estão no site da cultura: www.cultura.pe.gov.br. Temos em aberto o Funcultura Geral, com R\$ 15,680 milhões; Funcultura da Música, com R\$ 4,160 milhões; Microproyecto Cultural, com R\$ 640 mil; 15º Concurso do Registro do Patrimônio Vivo, que elegerá seis mestres da Cultura e pagará a partir do anúncio, no segundo semestre, bolsas de R\$ 1.600 e R\$ 3.200; o 5º Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural, com R\$ 90 mil; e o 7º Prêmio Hermilo Borba Filho de Literatura, com R\$ 90 mil; e o Prêmio Ariano Suassuna de Cultura Popular e Dramaturgia, com R\$ 150 mil. O montante de R\$ 40 milhões que estão previstos para a Cultura são alcançados quando somamos, a estes valores já mencionados, o incentivo de R\$ 18 milhões para os dois editais do Funcultura do Audiovisual (R\$ 9 mi cada), lançados ano passado.

Todas as questões aqui reunidas e justificadas nos orientam e direcionam para o posicionamento que precisamos ter neste momento, e que estamos compartilhando com os senhores, conselheiros e conselheiras de Cultura, representantes de diversos segmentos que compõem a Cultura em nosso estado.

Durante os próximos meses não há condições de o Governo criar novas despesas para o setor cultural, além das já mencionadas neste Comunicado, e que fazem parte do calendário cultural do Estado.

Neste momento, as ações prioritárias da Secretaria de Cultura e da Fundarpe são: pagamento do Ciclo Carnavalesco, das parcelas do Funcultura que estejam em condições de serem pagas, além do pagamento do salário dos nossos colaboradores, bem como de outras emergências que se apresentem e estejam dentro dessas prioridades.

Também queremos orientar a todos os fazedores de cultura que não tenham emprego formal ou ficaram sem emprego, como é o caso de milhões de brasileiros e brasileiras, que se habilitem nos sites oficiais do Governo Federal, ou através de outros meios disponíveis, para o recebimento do Auxílio Financeiro de R\$ 600,00, ou R\$ 1.200,00, dependendo do caso familiar, por um período de três meses, conforme intensamente noticiado pelos órgãos oficiais do Governo e pela Imprensa.

Por fim, conclamamos a todos e todas para nos unirmos neste momento de dificuldades pelas quais passam o País como um todo, inclusive nosso Estado, o qual prioriza o salvamento de vidas afetadas pela pandemia.

Recife, 15 de abril de 2020.

Núcleo Gestor da SECULT/FUNDARPE

Jocimar Gonçalves após a leitura do comunicado abriu as inscrições para os conselheiros se pronunciarem à respeito da pauta.

Williams Santana explicou que apesar dos argumentos apresentados pela Secult/PE e Fundarpe sobre a garantia das políticas públicas de cultura já implantadas (editais), o momento atual requer que sejam criados outros financiamentos como editais para as redes virtuais a fim de além de dar um aporte financeiro, os trabalhadores da cultura diminuam o sofrimento desse momento.

Silvana Meireles informou que ocorreu uma reunião dos membros do Fórum Nacional de Cultura e a Secretaria Especial da Cultura, Regina Duarte, para tomadas de medidas de proteção ao setor cultural, porém ainda não tiveram nenhum retorno. A Secretaria Estadual de Cultura tem recebido propostas de parlamentares para cultura. Reiterou que os gestores da Secretaria Estadual de Cultura e Fundação do Patrimônio, Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE estão atentos aos segmentos da cultura principalmente os mais frágeis.

Feliciano Félix esclareceu que os editais têm prazos e o momento é de emergência para aporte de dinheiro na cadeia produtiva da cultura. O debate deveria ser como atender de forma emergencial os trabalhadores da cultura que estão em necessidade em paralelo com os editais em vigor da Secult/Fundarpe.

Teresa França confessou que, no início, estava apreensiva como seria a primeira experiência de realização de uma reunião online, utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis no momento tão grave como esse. Mas graças às experiências positivas de reuniões na Universidade Federal de Pernambuco, resolveu incentivar os demais conselheiros a ter a reunião. Ao analisar o documento encaminhado pela Secult/Fundarpe os valores são realmente vultuosos para as políticas públicas já implementadas no âmbito da cultura. Contudo manifestou sua preocupação de como Estado irá tratar os fazedores de cultura, no

	<p>momento atual, que é necessário aporte de dinheiro de imediato.</p> <p>Lucivan Max pediu informações sobre os pagamentos dos projetos aprovados pelo edital do Funcultura Música e os cachês do ciclo carnavalesco.</p> <p>Virginia Ferreira salientou que os trabalhadores da cultura o número é bem maior que os inclusos nos editais da Secult/Fundarpe. Falou de uma iniciativa feita pelo administrador de Fernando de Noronha em parceria com a CEASA obteve diversas cestas básicas para moradores e o que fazer para os trabalhadores da cultura?</p> <p>Guilherme Moura afirmou que a resposta dada pela Secult/Fundarpe foi frustante e não atendeu suas expectativas, além disso, esse momento com a pandemia só ressalta todos os problemas já existentes nos processos na gestão de cultura e principalmente no Funcultura. Citou a sensação de vazio e criticou comunicação da gestão cultura, também criticou a falta de protagonismo da seCult/Fundarpe e citou que as duas iniciativas de shows online (lives) são ações da SecTur/Empetur e TvPE, quando estas deveriam ter partido da gestão. Criticou também o adiamento dos editais do Funcultura 2019 que castigarão ainda mais a cadeia de música em 2020, além de ressaltar que não houve nenhum debate sobre o adiamento com o conselho ou cadeia produtiva; Sugeriu as seguintes situações: 1. Que a Secult/Fundarpe melhore a sua comunicação com os fazedores de cultura e seja protagonista das ações culturais; 2. Cobrar da gestão os novos cronogramas dos editais em andamento, como o dos patrimônios vivos; 3. Que o conselho cobre novamente da gerência do Funcultura que publique os relatórios mensais dos editais, como já deliberado pelo conselho em dezembro/2019; 4. Que o governo se posicione com urgência sobre o ciclo junino e FIG; 5. Que seja criado um grupo de trabalho para pensar ações futuras em médio e longo prazo. Perguntou como ficarão as eleições do Conselho Estadual de Política Cultural e das setoriais. Também falou sobre a necessidade de mais reuniões do CEPC-PE durante esse momento de crise. Reforçando que o conselho deveria indicar que a gestão que não realize os festivais/eventos (como o FIG) e ciclos previstos para o resto do ano, sendo a verba destes destinadas para ações emergências na cultura decididas nos GTs. Além de criar imediatamente os dois GTs para as ações emergenciais e ações futuras.</p> <p>Felipe Peres informou que a TV/PE está incluindo na programação as aulas da rede estadual, as coletivas da imprensa sobre a saúde e pela noite programação musical. O formato é de dois artistas pernambucanos diretamente das suas residências fazem apresentações. Além de peças de apoio de doações na programação e fica à disposição dos conselheiros.</p> <p>Paula de Renor falou que o comunicado da Secult/Fundarpe não atende a situação dos fazedores de cultura no momento extremamente delicado. Que foi elaborado um documento com as deputadas Juntas, o vereador Ivan Moraes e inúmeros trabalhadores da cultura para ser entregue ao Secretário Estadual de Cultura. Se todos concordarem o documento também ser assinado pelo Conselho Estadual de Política Cultural. Propôs que o dinheiro destinado para o ciclo junino, festival de Triunfo e festival de inverno de Garanhuns sejam encaminhados aos trabalhadores da cultura em um formato de edital alinhado com a realidade que deve ser construído em conjunto com Conselho Estadual de Cultura e Secult/Fundarpe. Pediu um posicionamento do Conselho Estadual de Política Cultural depois da fala de Severino Pessoa, sobre se esperar um posicionamento do governo sobre a realização ou não do FIG, São João e ciclos. Cita a carta da Secult e Fundarpe que diz "Ciclo Junino, Fenearte, Festival de Inverno de Garanhuns/FIG e Festival de Cinema de Triunfo estão programados para ocorrer no período de junho a agosto do corrente ano". Que é óbvio que o Brasil não se normalizará, nem Pernambuco, até o final do ano ou 1º semestre de 2021 e mesmo que a pandemia fosse controlada, os formatos desses eventos não poderiam ser os mesmos. Que cabe ao Conselho tomar uma posição desde já de não aceitar a realização desses eventos, se antecipando a decisão do governo, propondo a utilização das verbas destinadas a estes eventos para um programa que beneficiasse os artistas locais. Que claro, entendemos e estamos do lado do governador ao priorizar a saúde, mas precisamos de ações imediatas, e os únicos recursos que vislumbramos são os programados para estes eventos. Reforçando que é imprescindível o posicionamento quanto a não execução de Ciclos ou Festivais no segundo semestre e destinação desses recursos para ações emergenciais.</p> <p>Claudio Gomes perguntou sobre a possibilidade de ampliar o número de contemplados no edital de Fotografia. Pediu informações sobre pagamento dos editais do Funcultura. Falou da iniciativa de Alexandre de Moraes denominado MAPA para arrecadar dinheiro e cestas básicas. Pediu ações mais proativas da Secult/Fundarpe para os fazedores de cultura.</p>
--	--

	<p>Mariana Lins (Comissão Setorial) explicou que os editais não atendem de forma ampla os inúmeros fazedores de cultura. Acredita que deve ser revistos os ciclos festivos do ano de 2020 e pensar em estratégia para atender os trabalhadores da cultura que estão numa situação de vulnerabilidade hoje.</p> <p>Adélia Colier indicou que o Conselho Estadual de Política Cultural devia propor o dinheiro dos ciclos ser destinados aos trabalhadores de cultura neste momento.</p> <p>Teresa França acrescentou ao debate que até a olimpíada foi adiada para 2021, como será possível ter algum ciclo ou alguma atividade cultural nesse momento. Propôs como enfrentamento da situação emergencial as seguintes propostas: 1. Campanha para arrecadações para os trabalhadores da cultura; 2. Criar um grupo de trabalho para redefinir o dinheiro destinado aos ciclos e as demais atividades de cultura da Secult/Fundarpe para utilização imediata aos trabalhadores da cultura. Perguntou de quando será pago os trabalhadores que executaram atividades no ciclo carnavalesco.</p> <p>Williams Santana perguntou dos pagamentos do ciclo carnavalesco e dos proponentes em condições de receber outras parcelas dos editais do Funcultura. Explicou como foi feita a campanha de arrecadação para adquirir cestas básicas aos circos itinerantes. Além de ter sido convidado a auxiliar na reconstrução do edital Palhaço Cascudo feito pela Secult/PE.</p> <p>Severino Pessoa ressaltou que o Conselho Estadual de Política Cultural é um órgão legítimo para propor todas essas demandas, mas que no momento o que se tem de fato é o dinheiro dado pelo Governo Federal denominado auxílio emergencial. Esclareceu que qualquer edital que seja criado nesse momento tem um custo e hoje temos por lei que nenhuma nova despesa dever criada diante do cenário de pandemia. Ainda há uma inúmeras variáveis que depende para tomada de decisão no âmbito da cultura e ainda não há um posicionamento do Governo Estadual quanto aos ciclos e nem Festival de Inverno de Garanhuns.</p> <p>Paula de Renor pediu um posicionamento do Conselho Estadual de Política Cultural sobre a destinação do dinheiro dos ciclos e Festival de Inverno de Garanhuns.</p> <p>Silvana Meireles concordou que o Conselho Estadual de Política Cultural é um canal de interlocução e deve ser criado um grupo de trabalho para atualizar as medidas que serão tomadas pela Secult/Fundarpe com reuniões semanais ou sempre que houve algum assunto emergencial.</p> <p>Luciana Dantas (Comissão Setorial) pediu para resolver os pagamentos pendentes da Secult/Fundarpe.</p> <p>Lucivan Max falou da possibilidade de utilizar a TV PE para executar os projetos do Funcultura após uma readequação dos projetos.</p> <p>Guilherme Moura tratou mais uma vez da possibilidade de disponibilização de relatório de desembolso dos projetos aprovados pelos editais do Funcultura. Tem que melhorar a comunicação da Secult/Fundarpe com Conselho Estadual de Política Cultural. Além de quando será disponibilizados os novos cronogramas de editais. Caso não sejam realizados os demais ciclos e Festival de Inverno de Garanhuns como serão alocados essas verbas. Pediu para já ser pensando como estender os mandatos dos atuais conselheiros do Conselho Estadual de Política Cultural. Além de criar imediatamente os grupos de trabalhos para as ações emergenciais e ações futuras.</p> <p>Severino Pessoa mostrou interesse em analisar como será feita a prorrogação dos mandatos dos conselheiros do Conselho Estadual de Política Cultural.</p> <p>Gilberto Freire iniciou sua fala justificando o aparecimento somente no final da reunião. Explicou que escutou partes da primeira reunião virtual do Conselho, mas estava escalado em outras reuniões inclusive uma com as deputadas Juntas e o vereador Ivan Moraes para receber propostas no âmbito da cultura. Explicou que a preocupação do Governo Estadual é com todos os setores, porém a temática da pandemia é delicada porque afeta outras áreas de atuação do Governo inclusive a cultura. O Governo estar focado em ações para montar a infraestrutura para atender a população no quesito saúde. Compreende as demandas dos conselheiros do Conselho Estadual de Política Cultural e estar demandado das equipes</p>
--	---

readequações para atender as novas necessidades. Reiterou que estar aberto para auxiliar os fazedores da cultura e nesse momento manter os aportes de dinheiro nas conquistas de políticas públicas no âmbito da cultura é essencial.